



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**

### SENTENÇA

Processo nº: **1010567-05.2015.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral**  
 Requerente: **Jair Pinto Fernandes**  
 Requerido: **Vivo Telefonica Brasil Sa**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

JAIR PINTO FERNANDES, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Procedimento Comum em face de Vivo Telefonica Brasil Sa, também qualificado, alegando tenha a ré realizado faturamento e cobrança em seu nome referente a um contrato de serviço de tv digital datado de 15/09/2014 e desligado em 25/02/2015 por falta de pagamento, que jamais fora firmado, tanto que, embora resida há mais de dez (10) anos no mesmo endereço, teria a ré instalado o referido serviço na residência da Rua Rio Amazonas, nº 370, Jockey Club, nesta cidade, encaminhando depois a cobrança para o endereço da Rua João Bregagnolo 227, Parque Delta, São Carlos, fatos que tomou conhecimento somente em meados de fevereiro de 2015 ao ter a correspondência de cobrança entregue a si por um conhecido, aduzindo que em agosto de 2015 teria recebido nova cobrança da ré a partir de uma ligação telefônica informando a existência de um outro contrato, tendo por objeto a linha telefônica nº 3361-7647, instalado no mesmo período e no mesmo local do serviço de tv digital, igualmente não contratada por ele, autor, à vista do que pretende a condenação da requerida ao pagamento de indenização pelos danos morais no valor equivalente a 100 vezes o valor da dívida indevidamente cobrada, com os acréscimos legais.

A ré contestou o pedido alegando que o autor teria habilitado os referidos serviços, de modo a tornar lícitas a emissão das faturas, a cobrança e a negativação do seu nome, porquanto no momento da contratação teriam sido solicitados todos os dados dos documentos pessoais do autor, após cuja análise teria havido aprovação sem que tenha sido apurada qualquer irregularidade ou falsidade, de modo a ter agido de boa-fé e sem culpa, afastando a possibilidade de defeito ou vício na prestação do serviço, passando a indicar a culpa de terceiro por eventual fraude na contratação, afastando a existência de nexos causal, de modo a concluir pela improcedência da ação, ou, alternativamente, pelo reconhecimento da culpa concorrente da vítima, já que o terceiro teve acesso aos documentos pessoais do autor e os utilizou indevidamente, forçando a concluir pela negligência e imprudência daquele na guarda de seus documentos.

O autor replicou reiterando os termos da inicial.  
 É o relatório.

DECIDO.

A alegação da ré, de que no momento da contratação teriam sido solicitados todos os dados dos documentos pessoais do autor e que a aprovação do negócio só teria ocorrido após análise, sem que tenha sido apurada qualquer irregularidade ou falsidade, não tem, por si, valor probatório absoluto.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**

Caberia à ré fazer o argumento ser acompanhado da respectiva prova, qual seja, a via original do contrato com a assinatura do autor, ou, então, de uma mínima prova de que o autor efetivamente residiu no endereço onde instalado o serviço.

Essa prova documental, porém, não veio acostada à contestação.

Ora, trata-se aqui de típica relação de consumo, na qual cumpre ao fornecedor demonstrar a validade do contrato, a propósito da clara regra do inciso VIII do art. 6º, do Código de Defesa do Consumidor.

Mas, ainda que assim não fosse, não seria de direito impor-se ao autor o ônus de demonstrar que não firmou o contrato, pois, a propósito do brocardo *negativa non sunt probanda*, deve-se observar que “o fato negativo não se prova, salvo se dele resultar uma afirmação” (cf. MOACYR AMARAL SANTOS - *Prova Judiciária no Cível e Comercial*, Saraiva, 5ª ed., vol. I, págs. 192 e seguintes – in Ap. nº. 640.484-00/1 - 8ª Câmara do Segundo Tribunal de Alçada Civil – v. u. - WALTER ZENI, Relator<sup>1</sup>).

Assim é que, não tendo a ré apresentado documento efetivamente firmado pelo punho do autor ou demonstrado a instalação do serviço em sua residência, não há como se atender à tese de defesa, de que o contrato foi efetivamente firmado pelo autor e é válida e legítima sua cobrança.

Dizer tenha havido “culpa exclusiva de terceiro” (sic.), como quer a ré, não pode ser admitido, atento a que à expressa determinação contida no art. 14 do Código de Defesa do Consumidor sobre haver aí uma *responsabilidade objetiva* do fornecedor, e, portanto, no caso, do réu.

Há, ainda, para a ré, enquanto fornecedora do serviço, um “dever de verificação” em relação à autenticidade dos documentos da pessoa que se apresenta para a contratação, em consequência do que a “falta dessa atitude que caracteriza culpa, ainda que leve” do contratante (Apelação n. 914.684-3 - Oitava Câmara Primeiro Tribunal de Alçada Civil - votação unânime - MAURÍCIO FERREIRA LEITE Relator<sup>2</sup>; no mesmo sentido Apelação n. 1.007.998-4 - Nona Câmara Primeiro Tribunal de Alçada Civil - votação unânime - LUÍS CARLOS DE BARROS, Relator<sup>3</sup>).

Diga-se mais, atento ao disposto pelo art. 17 do mesmo Código de Defesa do Consumidor, haverá o autor de ser equiparada ao consumidor do serviço.

Em contrapartida, não haverá, em favor da ré, falar-se em *exercício regular de um direito* (sic.), pois em casos como o de *abertura de conta fantasma com o CPF da vítima-consumidor*, hipótese equivalente ao caso aqui analisado, cumprirá ao fornecedor observar a *responsabilidade objetiva da relação de consumo (aqui totalmente involuntária)*, pois aplicável o art. 17 do CDC para transformar este terceiro em consumidor e responsabilizar o banco por todos os danos (materiais e extrapatrimoniais) por ele sofridos (cf. CLÁUDIA LIMA MARQUES, ANTONIO HERMAN V. BENJAMIN e BRUNO MIRAGEM<sup>4</sup>).

Também, afirmar que o autor faltou ao dever de guarda de seus documentos, quando prova alguma autoriza a afirmação de que o terceiro que se utilizou dos dados pessoais do autor efetivamente *tinha em sua posse* os documentos perdidos por aquele, parece-nos não autorizado.

O ilícito contratual, portanto, é inegável, cumprindo declarar-se inexistente a relação jurídica do contrato e indevido o protesto do título e o apontamento do nome o autor em cadastros de inadimplentes.

Vale aqui destacar, a intimação do protesto *por edital* contribuiu sensivelmente

<sup>1</sup> LEX - JTACSP - Volume 185 - Página 431.

<sup>2</sup> LEX - JTACSP - Volume 185 - Página 236.

<sup>3</sup> LEX - JTACSP - Volume 190 - Página 94.

<sup>4</sup> CLÁUDIA LIMA MARQUES, ANTONIO HERMAN V. BENJAMIN e BRUNO MIRAGEM, *ob. cit.*, p. 251.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**

para que o autor fosse mantido na ignorância da existência do contrato.

O reconhecimento da inexistência da dívida, portanto, é inegável.

Em relação ao dano moral, cumpre considerar não seja desconhecido a este Juízo que o apontamento do nome do consumidor em cadastro de inadimplente implica em manifesta restrição do acesso ao crédito junto ao mercado comercial e financeiro, crédito que, *“em sentido amplo, representa um cartão que estampa nossa personalidade, e em razão de cujo conteúdo seremos bem ou mal recebidos pelas pessoas que conosco se relacionam na diuturnidade da vida privada”* (cf. YUSSEF SAID CAHALI)<sup>5</sup>, consistindo o só abalo deste crédito num efetivo prejuízo moral, acerca do qual não haverá falar-se em necessidade de produção de prova cabal dos prejuízos morais, *“eis que a indenização dos danos morais identifica-se apenas com padecimentos intelectuais ou subjetivos próprios das pessoas vitimadas por condutas ilícitas - Pedido juridicamente possível - Preliminar rejeitada”* (Apelação n. 1.022.297-8 - Décima Primeira Câmara do Primeiro Tribunal de Alçada Civil - votação unânime - VASCONCELLOS BOSELLI, Relator)<sup>6</sup>.

É de se ver, contudo, que no caso analisado não há afirmação ou prova de que a ré tenha apontado o nome do autor em cadastros de inadimplentes.

O prejuízo moral, portanto, teria se limitado às cobranças por dívida inexistente, em contrapartida ao que cumprirá considerar, ainda na liquidação do dano, tratar-se de hipótese em que a condenação é firmada em responsabilidade objetiva, não obstante seja de se reconhecer se trate de caso que, nos dias de hoje, *é bastante comum* envolvendo fraude dessa espécie.

Diante dessas circunstâncias, temos que a fixação da indenização em valor equivalente a um (01) salário mínimo se nos afigura suficiente a reparar o dano moral.

Tomando-se por base o disposto na Súmula 362 do Superior Tribunal de Justiça, para fins de liquidação do dano, fica eleito o salário mínimo vigente na data desta sentença (*salário mínimo de R\$ 880,00 - cf. Decreto nº 8.618, de 2015*), de modo que a condenação totaliza o valor de R\$ 880,00 e deve ser acrescido de correção monetária pelos índices do INPC e juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da data desta sentença.

A ré sucumbe, devendo, assim, arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da condenação, atualizado.

Isto posto JULGO PROCEDENTE EM PARTE a presente ação, em consequência do que CONDENO o(a) réu Vivo Telefonica Brasil Sa a pagar a(o) autor(a) JAIR PINTO FERNANDES indenização por dano moral no valor de R\$ 880,00 (*oitocentos e oitenta reais*), acrescido de correção monetária pelos índices do INPC e juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da data desta sentença; e CONDENO a ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da condenação, atualizado.

P. R. I.

São Carlos, 15 de setembro de 2016.

**Vilson Palaro Júnior**

Juiz de direito.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

<sup>5</sup> YUSSEF SAID CAHALI, *Dano Moral*, RT, SP, 1998, n. 9.2, p. 358.

<sup>6</sup> LEX - JTACSP - Volume 194 - Página 116